



ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA ROQUETTE PINTO - ACERP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

WH AUDITORES INDEPENDENTES



RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Diretores e conselheiros da

Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP (Associação), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do superávit do exercício, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação da demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

WH AUDITORES INDEPENDENTES



Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado – DVA

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Empresas de grande porte, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis possuem dados contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que foram auditados por Mazars Auditores Independentes S/S, sobre os quais emitiram parecer, datado de 18 de fevereiro de 2013 sem ressalva.

Evento subsequente

Conforme mencionado na nota explicativa 01, a Associação teve seu Contrato de Gestão com a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, finalizado em 31 de dezembro de 2013. Nas circunstâncias, esse fato deve reduzir sensivelmente a principal fonte de receitas da Associação. A administração está tomando medidas de reestruturação operacional para a readequação dos custos conforme novo planejamento estratégico em curso. No entanto, essa situação representa incerteza com relação à capacidade da Associação em manter-se em atividade, sem a captação de novos recursos, caso outras fontes de receitas não sejam confirmadas.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2014.

WH Auditores Independentes
CRC-RJ 000319-O-8 – CNPJ 42.465.302/0001-85



GILSON MIGUEL DE BESSA MENEZES
CONTADOR CRC RJ 017511 /T-7 SP



QUADRO 1

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em reais)

	Notas	2013	2012	Notas	2013	2012
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e Equivalente de Caixa	3	74.776.974	8.845.057	8	10.781.617	2.755.547
Duplicatas a Receber	4	16.439.726	17.941.938	9	554.734	863.746
Atmozarifado	2d	100.030	141.215	10	1.259.804	2.415.126
Adiantamentos		292.032	519.829	2f	26.354.585	5.141.254
Despesas Antecipadas		9.844	10.568	11	800.053	800.867
Outros Créditos		435	1.167			
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		91.619.041	27.459.774		39.750.793	11.976.540
ATIVO NÃO- CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo		-	541.647		49.631	54.460
Impostos a Recuperar		520.184	351.864	12	211.011	71.531.581
Depósito Judicial - Trabalhista	5	1.322.751	71.672.959	13	6.382.106	5.452.756
Depósito Judicial - Imunidade		1.842.935	72.566.470			
Imobilizado	6	28.785.789	41.278.315		6.642.748	77.038.797
Intangível	7	350.448	1.041.424			
		29.136.237	42.319.739			
TOTAL DO ATIVO NÃO- CIRCULANTE		30.979.172	114.886.209	14	53.330.646	60.120.764
					22.874.026	(6.790.118)
					76.204.672	53.330.646
TOTAL DO ATIVO		122.598.213	142.345.983		122.598.213	142.345.983
PASSIVO						
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE						
Contas a Pagar		-	541.647		49.631	54.460
Obrigações Trabalhistas e Fiscais		520.184	351.864	12	211.011	71.531.581
Provisão para Contingências		1.322.751	71.672.959	13	6.382.106	5.452.756
TOTAL DO PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		1.842.935	72.566.470		6.642.748	77.038.797
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores		74.776.974	8.845.057	8	10.781.617	2.755.547
Impostos e Contribuições a Recolher		16.439.726	17.941.938	9	554.734	863.746
Obrigações Trabalhistas		100.030	141.215	10	1.259.804	2.415.126
Provisões		292.032	519.829	2f	26.354.585	5.141.254
Outras Contas a Pagar		9.844	10.568	11	800.053	800.867
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		91.619.041	27.459.774		39.750.793	11.976.540
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio Social		30.979.172	114.886.209	14	53.330.646	60.120.764
Superávit (Déficit) do Exercício					22.874.026	(6.790.118)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.979.172	114.886.209		76.204.672	53.330.646
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		122.598.213	142.345.983		122.598.213	142.345.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RECEITA OPERACIONAL		
Vendas de Serviços	49.799.663	43.872.820
Contrato de Gestão	30.000.000	50.320.600
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	<u>79.799.663</u>	<u>94.193.420</u>
Custos dos Serviços Prestados	(53.691.816)	-61.196.547
Superávit Operacional Bruto	<u>26.107.847</u>	<u>32.996.873</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Serviços de Terceiros	(16.150.754)	(4.874.786)
Administrativas:		
. Pessoal	(23.210.184)	(28.038.512)
. Comunicação	(655.478)	(651.466)
. Energia Elétrica	(566.187)	(843.636)
. Viagens e Representações	(259.373)	(231.410)
Provisões (reversões) do Exercício	51.971.972	(1.286.937)
Despesas Gerais	(1.602.685)	(1.237.047)
Despesas com Depreciação e Amortização	(643.805)	(3.396.389)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(13.687.221)	(14.600)
	<u>(4.803.714)</u>	<u>(40.574.784)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>1.569.893</u>	<u>787.793</u>
SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERACIONAL	<u>22.874.026</u>	<u>(6.790.118)</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	<u>22.874.026</u>	<u>(6.790.118)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em reais)**

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit (Déficit) do Exercício</u>	<u>Patrimônio Líquido Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	55.745.512	4.375.252	60.120.764
Doação	-	-	-
Transferência para o Patrimônio Social	4.375.252	(4.375.252)	-
Déficit do Exercício	-	(6.790.118)	(6.790.118)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	<u>60.120.764</u>	<u>(6.790.118)</u>	<u>53.330.646</u>
Transferência para o Patrimônio Social	(6.790.118)	6.790.118	-
Superávit do Exercício	-	22.874.026	22.874.026
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	<u><u>53.330.646</u></u>	<u><u>22.874.026</u></u>	<u><u>76.204.672</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do Exercício	22.874.026	(6.790.118)
Ajustes por:		
Baixa de bens imobilizado	10.845.015	6.448
Depreciação, exaustão e amortização	5.281.896	5.011.664
Juros provisionados sobre parcelamento do INSS	(53.602.742)	-
	<u>(14.601.805)</u>	<u>(1.772.006)</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Duplicatas a receber	(3.418.695)	3.862.768
Títulos a receber	4.920.907	(12.921.676)
Adiantamentos a funcionários	248.761	(94.443)
Adiantamentos de viagens	1.229	(3.138)
Adiantamentos a fornecedores	(22.193)	5.751
Outros créditos	732	1.981
Almoxarifado	41.185	61.006
Despesas a apropriar	724	12.774
Outros impostos a recuperar	541.647	(283.632)
Depósitos judiciais	70.181.888	(16.288.647)
	<u>72.496.185</u>	<u>(25.647.256)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	8.026.071	1.745.632
Obrigações fiscais	(417.445)	19.747
Obrigações e encargo trabalhista - folha	(1.150.810)	96.507
Obrigações e encargo trabalhista - RPA	(4.511)	(15.743)
Provisões	1.700.368	785.292
Outras obrigações	(748.562)	(3.715)
Obrigações e encargos trabalhistas (LP)	4.182.858	16.318.089
Obrigações e encargos trabalhistas (LP) RPA	(602.193)	8.308
Contas a pagar	(4.830)	(16.785)
	<u>10.980.946</u>	<u>18.937.332</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>68.875.326</u>	<u>(8.481.930)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de bens ao imobilizado	(2.310.857)	(3.528.630)
Adição no imobilizado em andamento	(632.552)	(79.463)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(2.943.409)</u>	<u>(3.608.093)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>65.931.917</u>	<u>(12.090.023)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	<u>8.845.057</u>	<u>20.935.080</u>
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	<u>74.776.974</u>	<u>8.845.057</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 5

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em reais)**

	2013	2012
Geração do valor adicionado		
Receita bruta de vendas		
Contrato de gestão	30.000.000	50.320.600
Produção e veiculação de programas	47.970.577	32.238.111
Veiculação de publicidade	388.892	4.476.849
Patrocínio	1.428.850	6.915.610
Veiculação de publicidade (avulsa)	11.344	242.250
Comissões, vendas canceladas e devoluções	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(13.672.559)	51.619
Provisão para créditos de liquidações duvidosas	-	(41.391)
Menos:		
Material de consumo	(1.143.441)	(1.442.591)
Serviços	(29.149.825)	(15.913.269)
Comunicação	(928.338)	(926.860)
Energia elétrica	(618.660)	(849.104)
Viagens e representações	(1.780.458)	(1.858.957)
Encargos diversos	(4.200.042)	(2.496.873)
Valor adicionado bruto	28.306.339	70.715.995
Depreciação e amortização	(2.575.133)	(5.011.513)
Valor adicionado líquido	25.731.206	65.704.483
Receita financeira	1.568.605	787.675
Valor adicionado total a distribuir	27.299.811	66.492.158
Salários, gratificações, horas extra e outras	31.366.700	37.228.766
Despesas com pessoal requisitado - serviços	535.466	599.231
Férias e gratificações 1/3	4.325.634	4.186.572
1/3º - Salário	2.904.097	3.369.975
Seguro de vida	29.572	35.247
Vale alimentação	2.956.613	4.175.658
Vale transporte	436.413	741.545
Assistência médica	1.982.341	2.346.175
Auxílio creche	78.101	129.113
Acordo e indenização	7.228.277	2.087.681
Estagiário	343.866	938.737
FGTS	3.709.968	3.408.725
Impostos, taxas e contribuições	500.709	12.789.306
Provisões para contingências	(51.971.972)	1.245.546
Superávit (Déficit) do período	22.874.026	(6.790.118)
Distribuição do valor adicionado	27.299.811	66.492.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA ROQUETTE PINTO - ACERP

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em reais)**

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, constituída em agosto de 1997, com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, foi qualificada como Organização Social por intermédio do Decreto nº 2.442 de 23 de dezembro de 1997. O início de suas atividades ocorreu a partir de 16 de janeiro de 1998 com a assinatura do Contrato de Gestão entre a entidade e a União.

A Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998 extinguiu a Fundação Roquette Pinto e permitiu a absorção de suas atividades pela ACERP.

Constitui finalidade da ACERP a realização de atividades vinculadas à radiodifusão, notadamente na área educativa, cultural, de pesquisa e de capacitação de entidades públicas e privadas, contribuindo para o planejamento e o desenvolvimento do Sistema Público Brasileiro de Comunicação, ampliando o acesso dos cidadãos brasileiros à educação e à cultura.

A Lei 11.652 de 7 de abril de 2008, que instituiu os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, que autorizou o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

Como autorizado por esta Lei, o Poder Executivo criou a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, através do Dec. 6.246/07, uma empresa pública vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para prestar os serviços de radiodifusão pública outorgados a entidades da administração indireta do Poder Executivo, que podem ser difundidos e reproduzidos por suas afiliadas, associadas, repetidoras e retransmissoras do sistema público de radiodifusão, e outras entidades públicas ou privadas parceiras.

Consequentemente, as outorgas dos serviços de radiodifusão exploradas pela RADIOBRÁS (inclusive as operadas pela ACERP) foram transferidas à EBC.

A mesma Lei estipulou que o Contrato de Gestão firmado entre a União e a ACERP, fosse objeto de repactuação, no prazo de até 90 dias a contar da sua publicação, e que até a data do seu encerramento, tivesse seu objeto reduzido para adequar-se às disposições da Lei, garantido a liquidação das obrigações previamente assumidas pela ACERP.

O novo Contrato de Gestão assinado entre a SECOM e a ACERP excluiu da responsabilidade desta a atividade de veiculação de radiodifusão, incluindo, por outro lado, atividades de pesquisa, capacitação, planejamento e desenvolvimento tecnológico no âmbito público e privado, com vistas a contribuir para a construção do Sistema Público de Comunicação. Esse Contrato de Gestão foi prorrogado até 31 de março de 2009.

Em 13 de março de 2009 (DOU – 16/03/09), foi emitido o Decreto nº 6.794 que dispõe sobre a supervisão da ACERP pela EBC e dá outras providências, e estabelece que essa supervisão pela EBC comece, após o encerramento do Contrato de Gestão com a SECOM em 31 de março de 2009.

Assim, a ACERP assinou com a EBC em 31 de março de 2009 (DOU – 13/04/09) um Contrato de Gestão pelos 9 (nove) meses restantes de 2009, no valor de R\$ 18.000.000 com novos indicadores e metas a serem alcançadas.

Desde então, o Contrato de Gestão foi aditivado dez vezes, sendo que esses aditivos são apresentados resumidamente na Nota 15.

A ACERP iniciou uma reestruturação interna para adequar-se ao encerramento do Contrato de Gestão com a EBC. Até a emissão destas demonstrações contábeis em 04 de fevereiro de 2014, ainda não foi assinado um novo Contrato de Gestão.

Atualmente, a ACERP está em negociações com a União Federal, por meio da Secretaria de Comunicação Social - SECOM e do Ministério da Educação – MEC para o estabelecimento de um Contrato de Gestão.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF, em Decisão Monocrática do Relator transitada em julgado em 21 de junho de 2013, reconheceu a imunidade da ACERP quanto às Contribuições Sociais. Em 18/10/2013, foram restituídos os depósitos judiciais, que a Associação vinha efetuando desde 2005, no montante de R\$ 81.495.664 já atualizados pela variação da SELIC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se com base a Lei das Sociedades por Ações (com a nova redação dada pela Lei nº 11.638/07), Lei nº 11.941/09, considerando as normas aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), bem como as normas aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002). Essas informações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Assim, para fins de comparabilidade, da rubrica do ativo circulante “Outros Créditos”, os valores relativos ao Contrato de Gestão com a EBC estão sendo demonstrados como “Duplicatas a Receber”.

As demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram autorizadas para emissão pela Administração em 04 de fevereiro de 2014.

Nas diretrizes contábeis praticadas na preparação das demonstrações contábeis, foram considerados os efeitos na reestruturação operacional decorrente do encerramento do contrato de Gestão com a EBC, principal fonte de receitas da entidade, bem como, a possível renovação dos contratos dos projetos de comunicação TV Escola e TV INES, em processo de negociação.

Os ativos e passivos realizados após 12 meses são classificados como não circulantes.

a) Apuração do Superávit/Déficit

As receitas contratadas para a gestão do exercício de 2013 foram integralmente reconhecidas, bem como os custos correspondentes contratados com fornecedores para a produção dos projetos vinculados ao Contrato de Gestão com a EBC e dos contratos TV Escola e TV INES. As receitas e despesas consideram também os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos da Associação.

Em 2013, foram reconhecidas a reversões de valores significativos, relativos às provisões com encargos sociais e previdenciários, constituídas desde 2005, tendo em vista ao reconhecimento da imunidade da entidade em relação a estas contribuições, como descrito na Nota 01.

b) Atualização cambial

A atualização dos valores em moedas estrangeiras com base na variação das taxas do câmbio até 31 de dezembro de 2013.

c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados com base na taxa efetiva de aquisição e registrados em conta de receitas financeiras.

d) Almoxarifado

Correspondem a materiais de consumo (almoxarifado do Rio de Janeiro), avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

e) Ativo Imobilizado

As depreciações são calculadas pelo método linear e contabilizadas como despesa operacional, em função da utilização do bem. Considerando a transferência de diversos bens imóveis ao patrimônio da União, nos termos da Lei 11.652/2008, o valor dos gastos remanescentes com as benfeitorias nesses imóveis foram plenamente amortizados no corrente exercício de 2013.

f) Provisão de férias e do encerramento contratual com a EBC

A Provisão de férias foi constituída com base na remuneração dos empregados da Associação e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, incluindo os encargos sociais correspondentes R\$ 2.602.407 (R\$ 5.141.254 em 2012).

Para fazer face ao encerramento do Contrato de Gestão com a EBC e dentro do processo de reestruturação operacional, a Associação constituiu uma provisão no montante de R\$ 12.065.723, para as verbas rescisórias trabalhistas que venham a ocorrer, bem como a provisão de R\$ 4.000.000 para eventuais ações trabalhistas que vierem a ser ajuizadas, considerando a possibilidade de perdas nos processos trabalhistas em curso e dos gastos efetivamente ocorridos nos últimos exercícios, bem como para contingências com rescisão de contratos com fornecedores de serviços no valor de R\$ 7.686.455.

3. **CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

	2013	2012
Disponibilidades		
Caixa (tesouraria)	13.400	14.367
Banco do Brasil	81.042	76.008
Banco Santander	222.517	428.999
Caixa Econômica Federal	4.690.122	73.587
Bradesco	721	12.912
Banco Itaú	222.813	495.638
	<u>5.230.616</u>	<u>1.101.511</u>
Aplicações Financeiras		
Banco Santander	-	376.200
Caixa Econômica Federal	69.546.359	7.367.346
	<u>69.546.359</u>	<u>7.743.546</u>
Total	<u><u>74.776.974</u></u>	<u><u>8.845.057</u></u>

4. DUPLICATAS A RECEBER

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contrato de Gestão - EBC	11.000.000	15.921.676
SEB – TV Escola	4.690.000	-
INES – TV INES	748.957	-
Outras contas a receber	769	2.020.262
	<u>16.439.726</u>	<u>17.941.938</u>

O saldo do Contrato de Gestão com a EBC corresponde às parcelas dos meses de Junho (parcial), a Dezembro de 2013.

Os demais valores correspondem aos montantes finais dos contratos vigentes em 2013 e recebidos em 2014.

5. DEPÓSITO JUDICIAL – IMUNIDADE

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
INSS Empresa 20%	916.371	67.540.972
INSS contribuinte individual	13.063	602.193
Diferencial de alíquota de ICMS	211.011	319.444
ICMS Fundo de Amparo a Proeza	132.675	-
PIS	-	2.305.874
COFINS	-	850.016
IPTU	49.631	54.460
	<u>1.322.751</u>	<u>71.672.959</u>

Para se eximir da exigibilidade dos tributos que considera imune e evitar a cobrança fiscal, ainda restam valores a serem restituídos, face a confirmação da imunidade, sendo R\$ 929.434 relativo ao INSS Patronal, R\$ 343.686 relativo ao ICMS - diferencial de alíquota e Fundo de pobreza e R\$ 49.631 relativo ao IPTU.

6. IMOBILIZADO

	Taxa utilizada %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Depreciação acumulada	2013 Valor Residual	2012 Valor Residual
Edifícios	4	5.500.000	-	1.983.617	3.516.383	3.736.384
Máquinas e equipamentos	10	25.796.394	-	12.025.457	13.770.937	18.456.586
Benfeitorias em imóveis próprios	4	3.916.378	-	982.942	2.933.435	2.995.753
Computadores e periféricos	20	4.114.376	-	3.052.771	1.061.605	683.398
Benfeitorias em imóveis terceiros	4	-	-	-	-	12.245.887
Móveis e utensílios	10	3.324.660	-	1.966.887	1.357.773	1.476.985
Obras em propriedades terceiros	-	1.938.921	409.515	-	1.529.406	42.171
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	6.840.703	-	2.999.822	3.840.881	1.413.116
Veículos	20	1.121.033	-	983.028	138.004	209.378
Instrumentos musicais	10	75.550	-	75.225	325	5.364
Instrumentos e ferramentas	10	32.138	-	22.156	9.982	11.794
Biblioteca - acervo	-	1.499	-	-	1.499	1.499
Imobilização em andamento	-	625.558	-	-	625.558	-
		<u>53.287.210</u>	<u>409.515</u>	<u>24.091.905</u>	<u>28.785.789</u>	<u>41.278.315</u>

Considerando a transferência de diversos bens imóveis ao patrimônio da União, o valor dos gastos remanescentes com as benfeitorias e obras nesses imóveis foram plenamente amortizados no exercício de 2013.

7. INTANGÍVEIS

	Taxa utilizada %	Custo Corrigido	Amortização acumulada	2013 Valor Residual	2012 Valor Residual
Marcas e patentes	-	8.249	-	8.249	8.249
Direito de uso periférico	20	1.830.712	1.488.513	342.199	1.033.175
		<u>1.838.961</u>	<u>1.488.513</u>	<u>350.448</u>	<u>1.041.424</u>

Considerando os efeitos na reestruturação operacional decorrente do encerramento do Contrato de Gestão com a EBC, a Associação amortizou o valor residual dos gastos do ativo intangível, vinculados com a operação com a EBC.

8. FORNECEDORES

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores terceiros	880.388	2.755.547
Fornecedores no Exterior	171.269	-
Fornecedores - Obrigações contratuais	9.729.960	-
	<u>10.781.617</u>	<u>2.755.547</u>

Em 2013, foram reconhecidas as obrigações com custos correspondentes a todos os contratados com fornecedores para a produção dos projetos vinculados ao Contrato de Gestão com a EBC e dos contratos TV Escola e TV INES, vigentes em 2013.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
IRRF a recolher	543.374	842.766
CSLL a recolher	4.355	12.628
INSS Fornecedores	4.186	5.825
Outros	2.819	2.527
	<u>554.734</u>	<u>863.746</u>

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
PIS a recolher	-	58.804
FGTS a recolher	190.843	404.426
Salários a pagar	716.534	1.375.737
INSS a pagar colaboradores	168.513	290.387
INSS a pagar RPA/ empresa – 20%	-	5.248
INSS a pagar RPA 11%	1.878	1.853
RPA a pagar	712	-
Outros	181.324	278.671
	<u>1.259.804</u>	<u>2.415.126</u>

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Guabiroba Agro Pecuária Ltda.	800.000	800.000
Outros	53	867
	<u>800.053</u>	<u>800.867</u>

O saldo a pagar à Guabiroba Agro Pecuária Ltda., deve-se ao valor final, a ser pago, mediante a lavratura da escritura em cartório, pela compra dos prédios sítos à Rua da Relação nº 18 e Rua do Lavradio nº 80 – Centro – Rio de Janeiro – RJ, conforme documento de Compromisso de Compra e Venda e Outras Avenças de 28 de dezembro de 2004.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
INSS a pagar empresa	-	68.415.631
PIS a recolher	-	2.194.313
INSS a pagar RPA/Empresa 20%	-	602.193
ICMS a Recolher	<u>211.011</u>	<u>319.444</u>
	<u>211.011</u>	<u>71.531.581</u>

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF, em Decisão Monocrática do Relator transitada em julgado em 21 de junho de 2013, reconheceu a imunidade da ACERP quanto às Contribuições Sociais. Assim, as provisões constituídas desde 2005 para uma eventual contingência, caso a imunidade não fosse confirmada, foram revertidas neste ano de 2013, no valor de R\$ 71.212.137, permanecendo a provisão para ICMS até o desfecho final do processo de imunidade.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

No exercício de 2013, foi constituída provisão referente à ITBI, INSS - auto de infração e contratos de longo prazo no valor de R\$1.700.368, restando o saldo em R\$ 6.382.106 (R\$ 5.452.756 em 2012). Foi adotado como critério, para provisão dessas contingências, a orientação do CPC nº 25.

As declarações de Imposto de Renda apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Social

Referem-se aos superávits e déficits apurados desde a constituição da Associação, as doações de bens, incluindo, também, às transferências de bens e direitos quando da extinção da Fundação Roquette Pinto – FRP.

15. CONTRATO DE GESTÃO

Em 30 de março de 2009, publicado no DOU em 13/04/2009, foi assinado Contrato de Gestão com a Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, com valor de R\$ 18.000.000 e vencimento em 31 de dezembro de 2009.

Em 30 de setembro de 2009, foi assinado o primeiro termo aditivo, aumentando o valor repassado em R\$ 3.600.000, mantendo o prazo de vencimento.

Em 23 de dezembro de 2009, foi assinado o seu segundo termo aditivo prorrogando o vencimento para 30/06/2010, e aumentando o valor contratado em mais R\$ 20.000.000.

Em 30 de junho de 2010, foi assinado o terceiro termo aditivo, ao Contrato de Gestão, passando o vencimento para 31/12/2010, e aumentando em mais R\$ 19.600.000.

Em 15 de outubro de 2010, foi assinado o quarto termo, mantendo o mesmo vencimento e, aumentando o valor em R\$ 4.900.000.

Em 17 de dezembro de 2010, foi assinado o quinto termo aditivo, que manteve o mesmo vencimento, aumentou o valor em R\$ 6.900.000, totalizando R\$ 51.400.000.

Em 28 de dezembro de 2010, foi assinado o sexto termo aditivo, prorrogando a vigência para 31 de dezembro de 2011, e estipulando o valor em R\$ 40.000.000.

Em 23 de dezembro de 2011, foi editada a Medida Provisória nº 555, autorizando a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Gestão, firmado entre União e Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, na forma do disposto no art. 26 a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, por um período de até 24 meses, contados a partir do dia 31 de dezembro de 2011.

Em 29 de dezembro de 2011, foi assinado o sétimo termo aditivo, prorrogando a vigência do Contrato de Gestão para 31/12/2013, e estipulando em R\$ 81.400.000, a serem repassados nos exercícios de 2012, um montante de R\$ 51.400.000, e em 2013, R\$ 30.000.000.

Em 31 de janeiro de 2012, foi assinado o oitavo aditivo, com o estabelecimento de novos indicadores de metas.

Em 21 de dezembro de 2012, foi assinado o nono termo aditivo, reduzindo o valor de R\$ 81.400.000, para R\$ 80.320.600, permanecendo o valor de R\$ 30.000.000, a ser repassado durante 2013.

Em 03 de abril de 2013, foi assinado o décimo termo aditivo, detalhando os indicadores e metas para o exercício de 2013.

16. SEGUROS

Em face da natureza de suas atividades, a Associação adota política de contratar seguros suficientes em relação ao valor contábil de seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2013, os Ativos da Associação estão segurados contra sinistros pelo valor total de R\$ 39.729.941, compreendendo seguro de veículos no montante de R\$ 250.000, e de imóveis, móveis e utensílios e equipamentos eletrônicos, no montante de R\$ 39.479,941.

17. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS E IMPACTOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELAS SUAS OBSERVAÇÕES

CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A ACERP, desde sua implantação através da Lei nº 11.638/07, apresenta a referida demonstração contábil.

CPC 04 – Ativo Intangível

Com base na nota explicativa nº 8, a ACERP já observou os procedimentos determinados pelas normas internacionais neste CPC.

CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela instituição em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Com base na nota explicativa nº 13, a ACERP já observava o referido Pronunciamento.

18. PATRIMÔNIO CEDIDO PELA UNIÃO

A ACERP, no ano de 2013, efetuou a devolução, no valor de R\$ 9.741.824, referente a bens móveis que tinham sido cedidos pela UNIÃO por ocasião do primeiro Contrato de Gestão.

Também os bens imóveis, anteriormente cedidos à ACERP, estão em formalização de devolução à União. Os valores gastos com benfeitorias nesses imóveis foram totalmente amortizados em 2013.